



Avaliação das Políticas Anticrise

Paulo Vagner Ferreira

O pensamento econômico dominante até o início do Séc XX considerava que a atuação do Estado na Economia não trazia benefícios, pois as leis de mercado regulavam o sistema econômico de maneira a conduzir sempre a um equilíbrio de pleno emprego, assim, se houvesse algum nível de desemprego na economia, este desemprego era voluntário.

Seguindo esta perspectiva, a Grande Depressão de 1929 foi considerada, inicialmente, um problema de ajuste de preços, contudo, sua grande dimensão econômica e social pôs em xeque a teoria econômica dominante, neste contexto de pós-crise, John Maynard Keynes escreve uma importante obra de economia, a “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, derrubando todos os pressupostos teóricos anteriores, mas, principalmente, abrindo a oportunidade do Estado intervir diretamente na Economia, seja por meio de política monetária ou fiscal, para evitar crescimento exagerado da demanda agregada ou amenizar crises.

Após a disseminação da Teoria Keynesiana, a maioria das economias mundo afora implementaram políticas econômicas para promover o crescimento econômico e reduzir o desemprego, estas políticas foram consideradas como “anti-cíclicas”, pois tinham como objetivo evitar grandes crises econômicas, preservando o nível do produto, emprego e renda na economia, por meio de estímulos a demanda agregada na Economia.

Ao longo do Séc. XX as políticas Keynesianas foram perdendo eficiência e antigos pressupostos voltaram com novas características, buscando ampliar a liberalização dos mercados, principalmente o mercado financeiro, afastando paulatinamente o Estado de suas tentativas de regular o nível de crescimento econômico, o “neoliberalismo” se estabeleceu por meio da ampliação dos fluxos de capitais financeiros, processos de desestatização de empresas públicas, intensificação da abertura comercial entre países e formação de blocos econômicos regionais.

As medidas liberalizantes afetaram a maioria dos países e promoveram um forte crescimento da economia financeira mundial, trazendo as finanças para uma importância muito maior que o lado real da economia possuía até a década de 1970.

As novas tecnologias de comunicação e a informatização plena dos processos e dos mercados financeiros globais, juntamente a maior liberdade dos fluxos de capitais financeiros, promoveram em âmbito mundial a oferta de recursos financeiros para diversas finalidades, dentre elas a de estabilização de moedas.

Contudo, numa economia mundial na qual o lado financeiro tomou maior importância que o lado produtivo, alguns países ficaram reféns do capital financeiro, pois, com objetivos distintos dos pretendidos pelos países forçou os Estados a se adaptarem a sua lógica de capitalização, ou seja, se um país fosse dependente do capital financeiro, deveria manter as condições de atração deste capital, quase sempre oferecendo internamente uma remuneração (juros), acima daquela oferecida

em outras economias com mesmo perfil de risco.

As políticas anticíclicas foram, portanto, definitivamente abandonadas neste contexto, trocadas por políticas de atração de capital financeiro e manutenção de condições econômicas que reduzissem o risco da economia para que as taxas de juros internas pudessem aos poucos cair. As políticas econômicas estavam agora associadas a redução do risco país, pois este indicador serviria de suporte à política de redução dos juros que, por sua vez, ajudaria no crescimento da demanda interna.

Para manter as condições de risco em queda, o Estado abdicou de políticas de gastos ao crescimento, buscando formar superávits primários (receita – despesas, exceto pagamento de juros), para obter maior confiança dos investidores e melhores classificações de risco.

Nestas condições de atuação do Estado é que ocorre a Crise Financeira de 2008 e como ocorreu em 1929, o nível de intervenção do Estado havia se reduzido ao mínimo e a capacidade de atuar limitada.

A experiência da Grande Depressão foi fundamental para que todas as economias respondessem prontamente ao impacto da crise de 2008, embora com capacidade mais reduzida que na década de 1950 e 1960, os Estados tomaram políticas anticrise, fiscais e monetárias. Como redução de impostos, redução de juros, entre outras políticas.

Um ano após a crise se verifica que as políticas anticrise foram eficazes para amenizar o impacto da crise financeira, em algumas economias mais e outras menos. Muito da demora em surtir os efeitos esperados ainda está relacionado com a liberalização dos mercados, que em parte neutralizou o efeito de algumas políticas. Contudo, se não houvesse sido implementadas, a intensidade e o tempo de recuperação da crise seriam bem maiores, pois em 2008 o grau de interrelação e dependência entre as economias mundiais é incomensuravelmente maior que aquela a que estavam submetidas em 1929.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.